



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI N.º 985, de 2020**

Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas ao prazo de apresentação das obrigações acessórias contábeis e fiscais, bem como, procedimentos relativos a cobrança de multas e juros por atraso de pagamento das obrigações fiscais e financeiras a que se refere.

### **EMENDA MODIFICATIVA N.º \_\_\_\_\_, DE 2020** (Do Senhor Carlos Sampaio)

O Art. 4.º do Projeto de Lei n.º 985, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º Em decorrência do período que trata o artigo 1.º desta Lei, ficam prorrogados por 90 (noventa) dias os prazos legais ou regimentais fixados para a apresentação das seguintes obrigações contábeis e fiscais acessórias:

I - DEFIS-Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais;

II - RAIS- Relação Anual de Informações Social;

III - DIRPF- Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física;

IV - LCDPR- Livro Caixa Digital do Produtor Rural;

V – ECD - Escrituração Contábil Digital;

VI - SPED Contribuições- Sistema Público de Escrituração Digital;

VII - DCTF - Declaração de débitos e créditos de tributos federais;

VIII - EFD-Reinf - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais;

IX - GFIP - Guia De Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social.” (NR).



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **JUSTIFICAÇÃO**

No Substitutivo que apresentou, o Deputado Luís Miranda deixou de contemplar integralmente importante dispositivo constante da proposta original.

Por essa razão, proponho a reinserção do art. 2.º do Projeto de Lei como art. 4.º do Substitutivo, considerando, entretanto, que a prorrogação, por noventa dias, dos prazos para a apresentação das obrigações contábeis e fiscais acessórias, contempla tanto os contribuintes e os contadores, que conseguirão levantar todas as informações necessárias ao seu cumprimento e efetivamente apresenta-las ao Fisco, quanto à necessidade de que o Estado brasileiro tenha em caixa o maior volume possível de recursos, para fazer frente às ações e serviços públicos de saúde relacionados ao combate à pandemia internacional ocasionada pela infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Sala das Sessões, em 01 de abril de 2020.

**DEPUTADO CARLOS SAMPAIO**  
**PSDB/SP**